



Sindjus

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário
e do Ministério Público da União no DF

Terça - feira • 06 de fevereiro de 2007 • Ano VI

Horário no MPDFT: regulamentação da Portaria 707 é adiada

O coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, reuniu-se, na noite de ontem (5/2), em audiência com o procurador-geral de Justiça do MPDFT, Leonardo Bandarra, para negociar os pontos da portaria discutidos pelos servidores durante assembléia realizada horas antes.

No início da reunião Roberto Policarpo solicitou o sobrestamento da regulamentação argumentando que o sindicato fará o pedido de reconsideração da decisão do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público e que já solicitou audiência com o MPM e o MPT para pedir que a regulamentação naqueles órgãos também sejam suspensas até a decisão final. Outro argumento do sindicato foi baseado na própria visão do MPDFT, que possui um raciocínio mais avançado sobre a jornada de 7 horas. Desse modo, não precisaria regulamentar a portaria antes dos demais ramos.

A suspensão da portaria atendeu a primeira reivindicação da categoria que demonstrou disposição de luta para garantir uma jornada justa e que também atenda aos anseios da sociedade.

Assembléia dos servidores do MPDFT aprova uma proposta alter- nativa e indicam a possibilidade de paralisação

Na assembléia realizada antes da reunião com o procurador-geral do MPDFT os servidores apresentaram uma proposta alternativa e bastante razoável para a proposta de alteração na jornada de trabalho.

Os servidores propõem a realização da jornada de 7 horas diárias ininterruptas e 35 horas semanais, ficando as 5 horas complementares condicionadas a necessidade do serviço; a suspensão da licitação para aquisição do controle biométrico de ponto, por ausência de razoabilidade e motivação válida e; a garantia de horário especial para estudante que de acordo com a Lei 8112, combinada com o Decreto 1867/96 asseguram a dispensa das horas complementares.

Os servidores avaliaram que esse é o limite para a negociação e que irão à greve, caso necessário, para defender a jornada justa e produtiva que faz do MPDFT um dos órgãos mais atuantes do Ministério Público.

Tribunais superiores fecham proposta final da regulamentação do PCS do Judiciário

Em reunião realizada nesta segunda-feira (5/2), os presidentes dos tribunais superiores e do TJDFT fecharam a proposta de regulamentação da Lei 11.416/06, que será submetida às sessões administrativas de cada tribunal. O STF apreciou ontem mesmo.

O diretor-geral do STF, Sérgio Pedreira, informou a Roberto Policarpo que na próxima semana o STF convocará uma reunião com todos os diretores gerais dos tribunais, com a participação de representantes do Sindjus e da Fenajufe para discutir a regulamentação dos outros itens do PCS, como os que tratam da remoção e do ingresso e do enquadramento.

Na avaliação de Roberto Policarpo o debate sobre a regulamentação da Lei 11.416/06 não se esgota agora e, a partir de sua implementação e à medida que as possíveis contradições ficarem evidentes, as entidades devem atuar para garantir avanços. "Vamos continuar propondo alterações nos pontos que já temos divergências e em relação aqueles que constatamos ilegalidade vamos discuti-los judicialmente", afirma Policarpo.

Confira como ficaram as propostas em relação aos principais pontos discutidos entre as entidades e o STF:

Adicional de Qualificação decorrente

de ações de treinamento – efeitos financeiros retroativo a junho de 2006. É devido o percentual de até 3% para as ações de treinamento concluídas a partir de 1º de junho de 2002, mesmo as realizadas antes do ingresso do servidor. O servidor terá o prazo de 30 dias para apresentar os certificados.

Adicional de Qualificação decorrente de cursos de pós-graduação – efeitos financeiros: para quem já tinha o curso de especialização, mestrado e doutorado antes da publicação da Lei, o pagamento do adicional será retroativo a junho de 2006. Haverá um prazo de 30 dias para apresentação do Diploma. O mesmo efeito será estendido ao aposentado que concluiu o curso antes de sua aposentadoria.

Desenvolvimento na Carreira – as progressões ocorrerão ano a ano mesmo durante o estágio probatório.

GAE - será garantida, para aqueles que ocupam FC, a opção pela função até que seja concluído o parcelamento do PCS. Será levada para aposentadoria.

GAS – retroativa a junho de 2006. É necessário para a continuidade do pagamento a participação com aproveitamento em programa de reciclagem. É vedada a percepção da GAS aos ocupantes de FC ou CJ.

José Evaldo



Roberto Policarpo (à direita) discute a Portaria 707 com Leonardo Bandarra

Participe do I Concurso Literário da Fenajufe

"Todos os meus livros são simples tentativas de rodear e devassar um pouquinho o mistério cósmico, esta coisa movente, impossível, perturbante, rebelde a qualquer lógica, que é a chamada realidade, que é a gente mesmo, o mundo, a vida".

Quem nunca ouviu falar em Guimarães Rosa, o autor do trecho acima? E quem nunca, mesmo quando criança, pensou em escrever um livro? E quem nunca sonhou, um dia, escrever como Guimarães Rosa?

Pode ser que esse sonho se tornou realidade e existam outros tantos Guimarães Rosas escondidos por aí. Mas não adianta ser Guimarães Rosa e ficar escondido em uma gaveta qualquer, muitas vezes, até trancado a sete chaves. Há até uma discussão acadêmica se um texto que fica guardado só para o autor pode ser considerado arte ou não.

Sem querer fazer uma tese sobre o assunto, o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU acredita que a manifestação artística de cada um deve ser compartilhada por todos. E é por acreditar nisso que o Sindjus realizou no final de 2004 um concurso literário premiando os melhores trabalhos da categoria e agora, está apoiando o I Concurso Literário da Fenajufe, que homenageia o escritor mineiro que traduziu tão bem a alma interiorana do Brasil - Guimarães Rosa.

Iniciativas, como essa, visam apoiar, incentivar e divulgar o talento do personagem principal do nosso livro diário de lutas - você. Você que trabalha no Poder Judiciário e no Ministério Público, você que é sindicalizado, você que tem alma de artista. Se você escreve, em versos ou em prosa, é a sua chance de mostrar o seu talento. Um dos pilares do sindicalismo brasileiro é lutar pela cultura de sua gente. Mais do que ganhar o primeiro lugar e os dois mil reais de prêmio, você vai ganhar leitores. Nada é mais importante para o escritor, para o poeta, do que ter suas linhas lidas por olhos desconhecidos. É a única forma de seu texto ganhar vida, de você se perpetuar.

Já imaginou alguém emprestando seus versos para se declarar à pessoa amada? Já imaginou alguém ler o seu texto e guardá-lo, com todo carinho, para lê-lo novamente num outro dia? Já imaginou seu texto chegando a pessoas, as quais sua voz nunca alcançaria? Já imaginou alguém rindo ou chorando sentimentos diante de um texto escrito por suas mãos?

Pois é. Essas cenas podem se desprender da imaginação e se tornar realidade. Basta você querer. Divida conosco o seu talento. O mundo, mais do que nunca, precisa de poetas e escritores. O mundo, mais do que nunca, precisa de novos Guimarães Rosas.

Não perca essa oportunidade. Inscreva-se agora. As inscrições são limitadas. Acesse o site www.fenajufe.org.br e clique no ícone do concurso localizado à margem direita da tela. Leia o regulamento com atenção e divulgue essa iniciativa. Participe do concurso da Fenajufe e aguarde, porque em breve o Sindjus realizará mais uma ação para valorizar os artistas que além de construir a justiça brasileira, constroem histórias e poesias.

Participe da assembléia que vai eleger os delegados do VI Congrejufe

Na próxima segunda-feira (12/2), será realizada uma Assembléia Geral para escolher os delegados do Sindjus que vão participar do VI Congresso Nacional da Fenajufe, em Gramado, Rio Grande do Sul, entre os dias 28/3 e 1º/4.

A pauta do Congresso inclui, além da nova diretoria executiva e do novo conselho fiscal da Fenajufe, Análises de Conjuntura Nacional e Internacional; Plano de Carreira; Balanço da Atuação da Fenajufe e Prestação de Contas de maio de 2006 a fevereiro de 2007; Alterações Estatutárias e Regimento Eleitoral e o nosso Plano de Lutas.

AGENDE-SE

Assembléia-Geral

Dia: 12 de fevereiro

Hora: 18 horas

Local: Plenário do Tribunal do Júri
a confirmar